

Sexta-feira

Teresina, 2 de outubro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS, VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Furpa pede rejeição de contas do TCE-PI

A Fundação Rio Parnaíba (Furpa), uma ONG que defende o meio ambiente, direitos humanos e cidadania, encaminhou ofício nº 060/2015 à mesa diretora da Assembleia Legislativa pedindo a reprovação das contas do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) referente ao exercício de 2014. No documento, ele pede ainda a suspensão de todos os auxílios e benefícios e a devolução do dinheiro pago a maior aos membros do Tribunal.

O ofício foi encaminhado ao deputado estadual Themístocles Filho (PMDB), recebido no gabinete da presidência da Assembleia e encaminhado ao Departamento Jurídico da Casa. O caso deve ser analisado e submetido ao plenário da Assembleia Legislativa. O presidente da Furpa,



FRANCISCO Soares, da Furpa

Francisco Rodrigues Soares, em visita à redação do Diário do Povo, questionou a concessão de vários auxílios e benefícios concedidos aos conselheiros, auditores e procuradores do TCE-PI. Entre eles o pagamen-

to de auxílio moradia de R\$ 4.377,00 e o correspondente ao retroativo dos últimos cinco anos.

Ele considera que os valores são pagos indevidamente. O ofício encaminhado a Assembleia diz que qualquer auxílio a ser pago a agente público deve primar pela moralidade e ética. "Não basta invocar a legalidade baseada em decisões de outros colegiados. Sem moralidade não existe legalidade", destaca o ofício. A ONG considera que o auxílio moradia é imoral. "Não se justifica, principalmente, para uma corte que deveria dar o bom exemplo de zelo pelo dinheiro público, esteja pagando pelo uso de suas próprias casas com o dinheiro do contribuinte", questionou.

OSTF ainda vai decidir se os membros do TCE-PI terão direito a receber os valores retro-

ativos ao auxílio moradia que dá em média R\$ 211 mil para cada um dos membros no período compreendido entre setembro de 2009 e agosto de 2014. O auxílio hoje é de R\$ 4.377,73 e está sendo pago atualmente desde setembro do ano passado. O total do valor retroativo a ser pago chega a R\$ 3,6 milhões para 27 servidores do TCE-PI.

A Fundação Rio Parnaíba formalizou um pedido de informações à direção do TCE-PI solicitando os valores dos subsídios, auxílio moradia, auxílio saúde, auxílio alimentação, auxílio transporte, abono de permanência, gratificação de função e outras vantagens, como diárias, percebidas pelos membros do TCE-PI e do Ministério Público de Contas. Francisco Soares disse que recebeu a resposta incompleta.



LÍDER EM CREDIBILIDADE

ODIA

R\$ 2,50
NACIONAL R\$ 4,00
Ano 64 // N° 18.191

TERESINA, SEXTA, 2 DE OUTUBRO DE 2015

Irregularidades

Primeira Câmara do TCE julga irregulares contas de três prefeituras piauienses

Robert Pedrosa
Repórter

A primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado (TCE) julgou irregular a prestação de contas de gestão das Prefeituras Municipais de Várzea Grande, Campo Alegre de Fidalgo e Matias Olímpio, referentes aos anos de 2012 e 2013. A análise da câmara, no entanto, precisa ainda ser apreciada pelo plenário do TCE.

Como justificativa da decisão, a Câmara encontrou nas contas da Prefeitura de Várzea Grande, atraso no envio do Balanço Geral de 822 dias, déficit

de previsão orçamentária, endividamento do município. Além disso, verificou também ausência de procedimentos licitatórios na aquisição de ônibus escolar e transportes diversos, contratação de servidores sem concurso público, divergência entre os valores mensais repassados pela Prefeitura e o recebido pela Câmara Municipal. O conselheiro Kennedy Barros foi o relator do processo. Em 2012, o município era administrado por Luís Nunes Ribeiro Filho.

A Prefeitura de Campo Alegre de Fidalgo, exercício de 2013, gestor Pedro Daniel Ribeiro, apresentou

prestação de contas de gestão com algumas falhas como, divergência na movimentação financeira e manutenção do saldo em Caixa, ausência de processos licitatórios referentes à aquisição e combustível, locação de veículo, contratação de bandas musicais, e pagamento de encargos sociais do INSS com atrasos. A decisão foi proferida pelo Conselheiro Kennedy Barros.

A última prefeitura que teve as contas julgadas irregulares foi a de Matias Olímpio, exercício de 2012. As contas de governo foram reprovadas e as de gestão foram julgadas irregulares,

tendo como consequência aplicação de multa e imputação de débito ao gestor Edísio Alves Maia. Entre as irregularidades encontradas nas contas de gestão aparecem ausência de prestação de contas mensal, emissão de cheques sem fundos, ausência de procedimentos licitatórios. Na prestação de contas de governos foram encontradas falhas na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, ausência da prestação de contas geral do município (Balanço Geral), ausência de repasses para a Câmara Municipal. O conselheiro Olavo Rebêlo foi o relator do processo.



Durante gestão de Átila Lira - 01/10/2015 às 13h39

Potycabana: CGE vê falhas 'graves' no contrato da SEDUC com Aprojuv

A associação que administra a Potycabana precisa ter todos os seus valores auditados

Rua Profª Dina Soares 3939
Bairro Morros - Teresina - PI

PIZZA
DEL CAMPO

ULTIMAS UNIDADES

Adquira já o seu!

3222-9962
86 9922-0054
9922-0069



Conheça as atitudes de
pessoas de sucesso!



APROJUV”.

Como não tinha meta nenhuma, tudo era feito aos trancos e barrancos, o relatório da auditoria sustentou que “a ausência desse dispositivo prejudicou sobremaneira a análise do contrato sob o aspecto de sua eficiência e efetividade”.

CONJUV NÃO FISCALIZAVA

Órgão que deveria por nos eixos o contrato de gestão firmado entre a Secretaria de Educação e a APROJUV, a Coordenadoria da Juventude (COJUV) fechava os olhos. À frente dela estava o advogado Plínio Dumont, que vem a ser um dos que, junto com sua família, fundaram a APROJUV, e nela lotava de familiares.

A pedido do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE), a Controladoria Geral do Estado (CGE) realizou uma auditoria no contrato de gestão feito a toque de caixa no governo de Wilson Martins entre a Secretaria de Educação e a Associação de Promoção da Juventude (APROJUV), responsável por administrar o Parque Potycabana. O pouco que foi detectado no pouco vistoriado pode deixar de cabelo em pé todas as empresas que mantiveram relação com a associação. As suspeitas levantadas no Relatório de Auditoria CGE Nº 07/2015 trazem à tona pequenos motes de como a turma da APROJUV atuava.

Ao avaliar o contrato em si... o primeiro absurdo. “Constata-se, portanto, o curto prazo existente (17 dias úteis) entre o registro da APROJUV na Receita Federal do Brasil (RFB) e a assinatura do contrato de gestão entre a APROJUV e o Estado do Piauí”, quando na época o secretário de Educação era Átila Lira. Os responsáveis pela auditoria detectaram a inexistência, por exemplo, do detalhamento das metas e indicadores de qualidade e produtividade”, que tinham como fim “alcançar os objetivos estratégicos na área de atuação da

Este era o outro ponto que trata o relatório da CGE. "Por meio de análise da ata de constituição da APROJUV, constataram-se indícios graves da existência de relação de parentesco entre alguns fundadores da entidade e o Sr. Plínio Augusto da Silva Dumont Vieira, Coordenador da Juventude, conforme demonstrado a seguir":

Murilo Paulo da Silva Dumont Vieira (Superintendente Técnico de Ensino)

- Irmão de Plínio

Gleycianne da Silva Oliveira Dumont Vieira (Superintendente de Ensino)

- Esposa de Plínio

Ciro Gustavo da Silva Dumont (Superintendente Técnico Administrativo Financeiro)

- Irmão de Plínio

Rosa Lina da Silva Dumont Vieira (Não Funcionária)

- Mãe de Plínio.

Todos eles moravam na mesma residência e tinha na pessoa de Francisco José da Silva Mota o presidente da APROJUV, alguém que atendia às ordens de Plínio, mas que deveria por este ser fiscalizado.

Se as autoridades forem um pouco mais a fundo, descobrirão, por exemplo, que a sede da APROJUV era no escritório de advocacia de Plínio Dumont.

CONSTATAÇÃO QUE O 180 JÁ HAVIA DIVULGADO

O relatório da auditoria também revela algo estarrecedor. "Em consulta ao Portal da Transparência do Estado do Piauí, comprovou-se que, desde a fundação da APROJUV (Março/2013) até o mês de dezembro/2014, o Sr. Plínio Dumont da Silva Vieira, que além de ser também um fundador da APROJUV exerceu o cargo de Coordenador da Juventude (COJUV). A COJUV, conforme disciplinado no artigo 3º, II do contrato de gestão, é responsável por traçar as diretrizes a serem executadas pela APROJUV", mas... não fazia. E a SEDUC, à época comandada por Átila Lira, fazia... mas vista grossa.

"INDÍCIOS GRAVES DE VIOLAÇÃO"

A conclusão nesse item não poderia ser diferente. "O fato de o referido coordenador da COJUV ser, conjuntamente com familiares, fundador da APROJUV, representa indícios graves de violação de vários dispositivos do ornamento jurídico em vigor", constataram. Entre eles os da Constituição Federal, no tocante aos princípios da Administração Pública; e ainda a Lei e Decreto Federal que tratam sobre a lisura para com a coisa pública.

"Verifica-se, portanto, indícios da existência de conflito de interesses entre a COJUV e a APROJUV, fato esse que contraria os princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade", acrescentaram.

CONSTATAÇÃO DE PESSOAL SEM TESTE SELETIVO

Aqui é uma festa e muitos familiares foram chamados para o banquete com o dinheiro público. Instados a se pronunciar no TCE, os denunciados simplesmente tentaram se safar com meias verdades. Eles não respeitavam sequer o Estatuto da própria APROJUV, que determinava ser necessário teste seletivo para contratação de pessoal, com edital publicado no Diário Oficial do Estado. A associação criada a toque de caixa não tinha experiência alguma em gerir parques, e ainda não tem. Possuem hoje em dia várias causas trabalhistas e inúmeras pessoas com medo de seus mandatários.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS IRREGULARES: LOKAL LTDA

Outra constatação da auditora foi a forma irregular como as contratações de auxiliares de serviços gerais ocorreram. O período analisado aqui neste item foi de maio a julho de 2014 e a empresa que oferecia esses serviços terceirizados era a LOKAL Serviços de Manutenção e Locação LTDA.

"Verificou-se que dentre os itens de composição, consta a inclusão do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). A inclusão desses itens na planilha de custos, além de violar a legislação estadual em vigor, viola a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU)", trouxe a peça da CGE.

"Destaca-se ainda que na prestação de contas referente ao período de agosto a outubro, consta notas fiscais da empresa Lokal Ltda, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) cada. O contrato, considerado o aditivo, possuía vigência até 22/08/2014. Logo, nos meses de setembro e outubro, além da manutenção da irregularidade de inclusão de IR e CSLL, a despesa foi realizada sem cobertura contratual", é o que diz o relatório da Controladoria Geral do Estado.

E olhe que isso é só uma pequena "amostra" do que existiu e existe na relação SEDUC/APROJUV/POTYTABANA.

VEJA AINDA:


- Potytabana: prejuízo com contratação da Lokal deve ultrapassar R\$ 40 mil

Repórter: Rômulo Rocha



Publicado Por: Rômulo Rocha

Por unanimidade, TCE-PI aprova contas de 2011 do vereador Gustavo Lima

 Curtir 0

 Tweet 0

 G+1 0

 Compartilhar  

Conheça como funciona o 180 por dentro



AUTO ESCOLA Parnaíba
O sonho de dirigir, ao seu alcance!

PATROCINADORA OFICIAL DO PARNAHYBA SPORT CLUB 2015

- Salas Climatizadas
- Categorias A, B e D
- Pagamento a vista (com desconto), no cartão em até 10x e no Boleto
- Nos pagamentos com cartão, as taxas do Detran podem ser incluídas

Rua Guaporé nº 1707 (Por trás do comercial Bem-te-vi)
(86) 3323-0807 / 99587-8700



O atual presidente da Câmara de Vereadores de Parnaíba, vereador Gustavo Lima, teve as suas contas aprovadas por unanimidade pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí nesta última quarta-feira (30/09), sem aplicação de multas, relativas ao exercício de 2011, ano em que exerceu a presidência da Câmara Municipal de Parnaíba.

No primeiro mandato de Gustavo Lima como Presidente da casa, várias conquistas foram alcançadas. O prédio da Câmara Municipal foi praticamente todo reformado, os gabinetes dos vereadores foram climatizados, bem como o plenário da casa, que também

recebeu novos assentos e uma estrutura moderna. Destaca-se ainda o primeiro concurso público da história da câmara parnaibana, realizado naquele ano.

"Cuidar de algo que é do povo exige responsabilidade. Devemos sempre ter os princípios que norteiam a administração, a aprovação é somente uma amostra de responsabilidade com as contas públicas, executando as ações de maneira correta. Desde meu primeiro mandato, busco sempre transparência na gestão e continuarei sempre cumprido com lisura ", afirmou Gustavo Lima.



Em discurso na Assembleia - 01/10/2015 às 17h58

Cícero Magalhães diz que processo da parceria hospitalar é legal

Ele garantiu que o prefeito de Picos, MP, TCE e conselho estadual estavam cientes da medida



O deputado Cícero Magalhães (PT) disse, nesta quinta-feira (01/10), que o processo da formação de parceria com uma organização social (OS) para administração do Hospital Regional Justino Luz, em Picos, é legal e está de acordo com decreto assinado pelo governador Wellington Dias.

Ele garantiu que o prefeito de Picos, padre Walmir, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público do Estado e os Conselhos Estadual e Municipal de Saúde tiveram conhecimento antecipado do processo. Cícero Magalhães afirmou que o governador reuniu os deputados ontem (30) para tratar sobre a parceria, mas parlamentares da oposição não compareceram, assinalando que, na oportunidade, o secretário de Saúde, Francisco Costa, discorreu sobre o procedimento que vem sendo seguido pelo Governo em relação ao assunto.

"O secretário é um homem simples, responsável e um médico, portanto, um profissional da área de saúde", acrescentou. O líder do Governo, deputado João de Deus (PT), disse, em aparte, que o secretário Francisco Costa ouviu o prefeito de Picos, a Câmara Municipal, o Ministério Público, o TCE e

o Conselho Regional de Medicina sobre a parceria e que, na reunião com o governador, os deputados presentes sugeriram que a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa acompanhe todo o processo de formação da parceria administrativa.

O deputado Rubem Martins (PSB) afirmou que a reunião do governador com os parlamentares deveria ter sido realizada hoje e não ontem quando uma comitiva da Assembleia foi a Picos. "O que nós queremos é que o povo de Picos seja ouvido antes de uma decisão final sobre a questão", declarou ele. Cícero Magalhães concluiu dizendo que o fim da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) levou ao colapso da saúde e que o governador Wellington Dias está buscando uma saída para melhorar o setor no Piauí.

Fonte: Com informações da Assessoria
Publicado Por: Apoliana Oliveira